



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2015/00105**

Brasília, 25 de agosto de 2015.

**Objetivo da reunião:** Acompanhamento do Projeto de implantação do PJe  
**Horário e local:** 14h30 - Conselho da Justiça Federal  
**Assunto:** Implantação de sistemas

<b>Participantes</b>	<b>Função/Cargo</b>	<b>Unidade</b>
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETÁRIO	SEG
Lúcio Melre da Silva	SECRETÁRIO	STI
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETÁRIO	SUMOG
Magali Zilca de Oliveira Dantas	CHEFE DE SEÇÃO	SEPROC
Desembargador Federal Paulo Sérgio Domingues (psdoming@trf3.jus.br)	Coordenador do Comitê	TRF3
Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Membro do Comitê	TRF1
Alexandre Amaral (alexandre.amaral@trf1.jus.br)	Comissão Técnica de Negócio	TRF1
Yuri Oliveira de Andrade Freitas (yuri@trf1.jus.br)	Gerente de Projeto PJe TRF1	TRF1
Ednaldo da Silva Ferreira	Diretor do Núcleo de Processo Eletrônico	TRF3
David Panessa Bacelli	Assessor de Gestão de Sistemas de Informática	TRF3
Marcos Barbosa (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	Comissão Técnica de TI	TRF1
Valdir Claro Jeronymo (vjeronym@trf3.jus.br)	Comissão Técnica de Negócio	TRF1
Eduardo Rabelo Custódio	Assessor do Des. Fed. Paulo Domingues	TRF3

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Telma Motta (trmotta@trf5.jus.br)	Comissão Técnica de Negócio	TRF5
Carina Gonzaga		TRF5
Sandra Régia Valença Bowmann (sandrar@trf5.jus.br)		
Tatiana	Defensora Pública	DPU

**Pauta**

**1. Governança do PJe**

Indicação/confirmação dos membros para atualização do Comitê Gestor ao que o Secretário da SEG sugere que a indicação seja feita após a definição da estrutura de governança do PJe. Melre relatou sobre a elaboração da Port. 26 CNJ, da qual participou. A dificuldade oferecida pela estrutura atual do PJE-JF estaria relacionada ao reduzido número de pessoas que irão atuar. Marcos sugere extinguir as duas comissões e elevar as subcomissões ao nível de comissão e criar mais uma comissão de infraestrutura. Des. Paulo sugere fazer funcionar a estrutura atual, marcando as reuniões. Dr. Marcelo sugere suprimir um nível. Alterar a 202 art. 6. Valdir comenta que as comissões funcionavam e que não há presidência, sendo que a coordenação era do CJF.

**2. Relato da Implantação no TRF da 1ª Região**

Dr. Marcelo informa o número de processos que tramitam no PJE na 1ª Região (5.667 processos no 1o. grau e 1.272 no 2o. grau) Relata sobre o andamento da implantação e considera que está tudo bem encaminhado até o momento. Complementa que a Infraestrutura foi migrada e que a receptividade ao PJE tem sido muito boa (magistrados, servidores, advogados). Cita a implantação nos estados de TO, RO, MA, AC, RO. Salienta que os processos de Execução Fiscal dependem de comunicação de atos em lote e para os de JEFs dependem de comunicação de atos em lote e viabilidade de sistema de cálculos. Que o objetivo é expandir para outras classes. Manifestou preocupação com o orçamento do PJE para o próximo ano. Iuri complementa falando sobre a integração com legados, RPV e outras classes processuais que possuem sistemas distintos. O objetivo é ter um sistema único, qual seja, o PJe.

**3. Relato da Implantação no TRF da 3ª Região**

Valdir informou que a implantação em São Bernardo do Campo está em andamento e que estão sendo avaliados os impactos para implantação em São Paulo e no Tribunal propriamente.

**4. Proposta de regulamentação da remuneração por instrutoria no âmbito do PJe**

Apresentação do resumo da minuta da proposta no sentido que sejam ressaltados os casos de atuação de servidores em projetos estratégicos que gerem inovação em produtos e serviços, sob pena de inviabilizar a participação de servidores que têm acumulado o ônus das atividades concomitantes. O Comitê aprovou a minuta.

**5. Unificação das Demandas do PJe**

Solicitado do envio das demandas de implantação para que sejam unificadas e apresentadas pelo Coordenador do Comitê Gestor na reunião do PJe no CNJ.

**6. Proposta de estrutura de implantação para registro na ferramenta SEI.**

Solicitado a todas as equipes que analisem a proposta de estrutura encaminhada previamente e apresentem o mais breve possível suas adequações à proposta. TRFs irão encaminhar o histórico de implantação em cada região e as sugestões para o modelo.

**7. IIº Relato do Encontro Nacional do PJe**

Dr. Marcelo relatou a participação no evento cujo tema foi impactos do novo Código do Processo Civil no PJE, mencionando contagem de prazos em dias úteis. Des. Paulo agradece a representação do Dr. Marcelo no encontro em nome da JF. Informa que não há desdobramento para o CJF.

**8. Demandas de Treinamento para o PJe**

Melre tratou com Antonio Augusto (CNJ) sobre as necessidades de treinamento. Dr. Marcelo sugere definir qual será a nossa demanda de treinamento. TRF3 sugere que seja fluxo, arquitetura, classes, infraestrutura e banco de dados. TRFs irão encaminhar as demandas específicas (vagas necessárias, tempo de duração) até 24/8. CJF irá encaminhar ofício ao CNJ com a demanda. Des. Paulo irá informar ao comitê gestor do CNJ na reunião do dia 20/8 que a Justiça Federal tem interesse nos cursos e que as demandas serão encaminhadas posteriormente.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

<b>Ref.</b>	<b>Próximas Ações</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data Prevista</b>
1.1	Minutar alteração da Resolução CF-RES/2012/00202 no sentido de extinguir as subcomissões e indicar os membros atuais para as comissões.	Ivan Gomes Bonifácio	21/08/2015
2.1	Consolidar a situação da implantação para apresentação na reunião do CNJ em 20/08/2015.	Ivan Gomes Bonifácio	19/08/2015
4.1	Encaminhar proposta de adequação da resolução CJF-RES-2014/00294, que trata de encargos de cursos e concursos à Secretaria-Geral do CJF.	Desembargador Federal Paulo Sérgio Domingues	21/09/2015
5.1	Solicitar aos TRFs que estão em fase de implantação as listas de demandas do PJe.	Magali Dantas	18/08/2015
5.2	Unificar e remeter as demandas de implantação ao Comitê Gestor	Magali Dantas	19/08/2015
6.1	Apresentar proposta unificada de implantação para registro no SEI e publicação no Observatório da JF.	Ivan Gomes Bonifácio	21/09/2015
8.1	Encaminhar ao CNJ as demandas de treinamento com dados específicos dos TRFs (vagas necessárias, tempo de duração).	Desembargador Federal Paulo Sérgio Domingues	24/08/2015

MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS  
CHEFE DE SEÇÃO  
SEG - SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS

